

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA  
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**AS DIFICULDADES DE UM ENSINO RELIGIOSO PLURAL: A PERCEPÇÃO  
DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DE JUÍNA-MT**

**Autora: Edicleuma Gomes Lopes**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Marina Silveira Lopes**

**JUÍNA  
2015**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA  
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**AS DIFICULDADES DE UM ENSINO RELIGIOSO PLURAL: A PERCEPÇÃO  
DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DE JUÍNA-MT**

**Autora: Edicleuma Gomes Lopes**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>Ma. Marina Silveira Lopes**

*“Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Pedagogia do Instituto Superior de Educação da AJES, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia”.*

**JUÍNA**

**2015**

**AJES- INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JRUENA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Ma. Aline Fernanda Ventura Sávio Leite**

---

**Profa. Esp. Sonia Mara Rogoski**

---

**ORIENTADORA**

**Profa. Ma. Marina Silveira Lopes**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por tudo que eu consegui e irei conseguir. Agradeço por nunca deixar que desistisse nas inúmeras vezes que pensei em desistir, pois Senhor me deu forças para que eu continuasse minha luta, que foi árdua e com muitas dificuldades.

À minha família, minhas irmãs Eudicléia de Almeida Gomes, Eudiléia Gomes Farias, Patrícia Gomes Siqueira, meus irmãos Antônio Marcos Gomes Siqueira e Eudiclei Gomes Farias, minha mãe Marinalva Gomes Farias, minha vó Cleonice de Almeida Gomes e meu padraсто Antônio Carlos Siqueira, agradeço pelo apoio, palavras de conforto e por serem minha inspiração. Que Deus continue iluminando o caminho de cada um, e que continuem sendo essas pessoas maravilhosas que são.

Também quero agradecer, com todo o amor que tenho a meu filho Alessandro Junior pela compreensão de todas as minhas ausências, ao pai e família do Junior e, em especial, às tias dele, Silvana Barbosa e Jane Eliane Barbosa que, sem eles, acredito que não teria conseguido ter chegado onde estou, pois cuidaram carinhosamente de Junior, todas as noites para que eu cumprisse minha jornada.

À minha orientadora, a professora Ma. Marina Silveira Lopes, que me ajudou e teve muita paciência em me ensinar, mostrar minhas dificuldades e acertos. Além disso, Sônia e Verônica, formadora do CEFAPRO, pelas informações e ajuda no decorrer deste trabalho, mesmo que via web. Aos meus entrevistados. Também ao professor do TCC II, Wilson Filho, pelas dicas e paciência em sala e minha queridíssima professora Aline Savio, por sempre acreditar no meu potencial.

A todas minhas amigas de sala Claudionice Mendes, Andréia Sanches, Valéria Bastos, Eliana Carriel, Eliane de Lima, em especial, Patrícia Itaibele, Luciene Barra e Sandra Figueiredo que me aguentaram durante esses três anos e meio, que suportaram minhas crises de “estresse”, ouviram minhas reclamações, que me fizeram sorrir e chorar, mas pelo principal, me ensinaram o real valor da Amizade.

Não poderia esquecer todos os professores especialistas, mestres e doutores, por todo o conhecimento transmitido que, sem vocês, não seria nada, também, meu patrão Wellington White Andrade e companheiros de serviços (Raul, Elaine Rodrigues, Cleony e Maycon), que foram de um amor e companheirismo que me

ajudaram muito nesta caminhada, pelas palavras de conforto e “brincas”, que nunca me fizeram desistir dos meus objetivos. Para finalizar agradeço ao meu namorado Claudio Cavaleiro pela confiança, paciência, conselhos e todo o amor que tens por mim, enfim, muito obrigada.

## DEDICATÓRIA

*A minha família, em especial ao meu filho Alessandro Junior, que são exemplo para minha vida e fonte de inspiração.*

## EPÍGRAFE

*“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”.*

*Nelson Mandela*

## RESUMO

A sociedade brasileira é hoje intensamente marcada pelo pluralismo religioso. Há várias religiões que se manifestam no cotidiano do brasileiro e, conseqüentemente, nas escolas. Nesse trabalho, procuramos compreender como se dá a abordagem da disciplina do Ensino Religioso (ER) em duas escolas estaduais do Município de Juína. De acordo com a LDB, Leis de Diretrizes e Base, o ER é caracterizado como disciplina de currículo normal e nas escolas é de matrícula facultativa, por parte dos alunos, e de oferta obrigatória por parte das instituições escolares. No entanto, os profissionais da educação terão que ser habilitados com diploma de Licenciatura Plena em qualquer área de conhecimento. Deverão, também, assegurar o respeito à diversidade cultural do Brasil, vedada qualquer forma de proselitismo. Pretendemos, ainda, mostrar para as Escolas Estaduais de Juína, a necessidade de um ER produtivo, interativo e reflexivo que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e participativa. Para tanto, limitamos a pesquisa em duas Instituições de Ensino Estadual, sendo uma no perímetro urbano e outra no rural. Como análise para compreender a prática do ER nas escolas, buscamos, por meio de um roteiro de questões dirigidas aos alunos e professores, como é abordado o ER nas escolas junto à disciplina própria e/ou na interdisciplinaridade. Sendo assim, ao fim desse trabalho, chegamos à conclusão de que, em muitos casos, a diversidade religiosa não tem sido considerada dentro da sala de aula e que há grandes dificuldades em se concretizar o diálogo inter-religioso. Muitos educadores desconhecem os elementos que compõem esse fenômeno e o papel das tradições religiosas na sociedade, sendo evidente a falta de compreensão do ER como disciplina.

**Palavras-Chave:** Ensino Religioso, pluralismo religioso, religião, escolas.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.....	20
FIGURA 2.....	25

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	10
2 RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES: UM MOSAICO CONTEMPORÂNEO.....	14
2.1 ESTADO LAICO: O PROCESSO HISTÓRICO DO ER NO BRASIL .....	15
2.2 O <i>RELIGARE</i> CONTEMPORÂNEO E O DESCOMPASSO DA EDUCAÇÃO JUINENSE .....	20
2.3 O ER NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE JUÍNA: ESCOLA A E B (ESCOLA DO CAMPO).....	25
CONCLUSÃO .....	27
REFERÊNCIAS.....	29
ANEXOS .....	31

## 1 INTRODUÇÃO

Mesmo antes de o Brasil ser colonizado pelos portugueses, já existia nessas terras um sistema de crenças praticado pela população nativa, o qual trazia em seu bojo seus símbolos, costumes e religiosidades, acreditando num sagrado imanente da natureza. Os portugueses, contudo, introduziram, nessa nova terra, a sua maneira de viver, inclusive, uma religião institucionalizada há 1500 anos. Trouxeram para as terras “da banda do além” o seu conjunto simbólico que representava uma religião monoteísta de um deus transcendente e não imanente. A crença judaico-cristã aportou no novo continente: o cristianismo. Trouxeram, também, os padres jesuítas para evangelizar, essa nova população num processo de aculturação.

A população autóctone já praticava uma troca cultural, mas com a chegada dos colonizadores, as trocas culturais começaram a ser múltiplas e intensas. Essa mistura, dentro do que podemos chamar de mosaico cultural, a religião se fez presente. Num primeiro momento, somente o catolicismo conduziu as almas desses novos seres “desalmados” e, atualmente, o catolicismo e as vertentes protestantes brigam pela supremacia nessa população que se está escasseando no território nacional.

Essas confluências religiosas não foram prerrogativa somente dos grupos indígenas; foram também dos negros africanos trazidos no período áureo da escravidão negra. Índios, negros e europeus formam o extrato da cultura e da identidade do povo brasileiro. E, nessa amálgama cultural, a religião é um ponto conflitante, apesar de que, para muitos, a religião é algo que não se discute, por ser um tema fácil, natural e conciliado para os brasileiros. Segundo, um consenso geral, o brasileiro não tem intolerância religiosa.

Pautando-se nessa afirmação que não temos intolerância religiosa em nosso território, a religião vem passando por constantes mudanças, ganhando novas interpretações aliadas à diversidade cultural brasileira. A tal ponto que disciplinas, como ER, Educação Afro-brasileira, Relações Étnico-raciais, se tornaram obrigatórias no currículo escolar, através de legislação específica.

Na Lei de Diretrizes e Bases artigo 33, aborda o ER como formação do cidadão, assegurando com ela o respeito à diversidade, e constituiu disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, já em Mato Grosso, a

Resolução nº006/00-<sup>1</sup>CEE/MT, de 18 de janeiro de 2000, contempla o ER nas escolas públicas como parte integrante do currículo escolar, como conhecimento humano ou linguagem, mas de matrícula facultativa.

No entanto, os profissionais da educação, terão que ser habilitados com diploma de Licenciatura Plena em qualquer área de conhecimento, devendo assegurar o respeito à diversidade cultural do Brasil, vedando quaisquer formas de proselitismo. Contudo, por sermos um país laico e multicultural e a religião fazer parte das manifestações culturais, a disciplina de ER é uma disciplina que promove o senso de alteridade, respeito, cidadania, além do diálogo com todas as outras disciplinas.

Apesar disso, nas escolas, o ER é de matrícula facultativa por parte dos alunos e de caráter obrigatório por partes das instituições escolares. A sua oferta, no ato da matrícula, tem que fornecer um campo na ficha de matrícula onde se pergunta aos responsáveis se ele aceita, ou não, que o filho frequente as aulas da disciplina de ER em contra turno ou uma hora a mais do horário normal, uma vez por semana, ou seja, além das oitocentas horas obrigatórias.

A contemporaneidade clama por uma didática voltada à diversidade cultural, principalmente, a religiosa. O ER precisa fornecer elementos de todas as religiões, mas, para essa visão globalizante tem-se a necessidade de capacitar os profissionais da educação. Assim, levantamos os seguintes questionamentos para nortearmos esse trabalho: como vem sendo abordado o ER nas escolas estaduais juinenses? Qual a opinião dos profissionais da educação quanto a essa disciplina? Esse ensino está sendo cumprido de acordo com a legislação em vigência?

Procurando entender a complexidade de entendimento, compreensão e respeito às diversidades religiosas, pretendemos analisar como vem sendo trabalhado o ER nas escolas pesquisadas. Queremos entender o porquê do desconforto de alguns professore (a)s ao discutirem o tema; evidenciar o etnocentrismo religioso por parte dos professores que professam essa ou aquela fé; mostrar que o ER pode ser lúdico e com utilização de novas tecnologias.

Para elucidarmos as questões a pesquisa foi realizada, em duas escolas estaduais: uma no perímetro urbano, outra rural. A escola A (Urbana) e a escola B

---

<sup>1</sup> CEE/MT. Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso.

(Escola do Campo), ambas no município de Juína/MT. Na escola urbana não nos foi permitido o acesso para as entrevistas e, na escola (Escola do Campo), as entrevistas foram realizadas em duas etapas, com um professor de geografia que trabalha o tema de maneira transversal e dez alunos da faixa etária de 14 e 15 anos. As entrevistas aconteceram ao longo do mês de março./2015.

Utilizamos pesquisas bibliográficas, sites específicos e artigos sobre conceitos de religião e religiosidade, Ensinos Religiosos e afins. Alicerçando-se a essas referências, realizou-se o trabalho de campo com questionário de 5 (cinco) perguntas abertas, tanto para os professores quanto para os 10 (dez) alunos; questionário qualitativo, gravamos entrevista qualitativa com a pessoa responsável pela escola A, professor e alunos da escola B, da pessoa responsável pela SEDUC (Secretaria de Educação do Mato Grosso) e duas profissionais do CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais de Educação Básica) ambas em Juína/MT, realizadas de uma única vez, mantendo-se contato via web.

Foram utilizados um gravador de um aparelho de celular, folhas em branco e caneta esferográfica. As entrevistas ocorreram da seguinte forma: primeiramente nas escolas (escola A e escola B, e com perguntas semiabertas aos professores e aos alunos). Ao todo, foram realizadas 15 entrevistas. Porém, foi necessário ir mais de uma vez às escolas, sendo, na escola A, quatro vezes e na escola B duas vezes.

Analisando as duas escolas entrevistadas pode-se perceber que mesmo os alunos, tendo ou não a disciplina de ER, eles já crescem com a concepção formada, com o conhecimento de mundo, ou seja, que se aprende fora da escola, sendo na rua, em casa ou, até mesmo, na igreja. Apesar das entrevistas não acontecerem na escola A com alunos e professores, pudemos perceber a deficiência em que se tem, pois como é trabalhado o ER interdisciplinar, muitas vezes não se falam dos conceitos que permeiam esta disciplina. Já na escola B são expostos todos os conceitos que permeiam o ER, porém os educandos ainda apresentam certas dificuldades em relação à diversidade cultural. Notamos que se a disciplina de ER fosse mais presente no cotidiano das crianças, jovens e adolescentes, poderia provocar neles a alteridade com o próximo, respeitando a todos para que estes crescessem acreditando na verdade, sinceridade entre outras coisas.

Estruturamos essa monografia em capítulos. No primeiro, Religião e Religiosidade: Um Mosaico na Contemporaneidade, onde foi ressaltado o processo

histórico do ER no Brasil, como foi no Império, na República e na Nova República; no segundo capítulo destaca-se o ER na escola A, e escola B (Escola do Campo) Públicas de Juína/MT, ilustrando como essas escolas estão trabalhando essa disciplina, observando como os profissionais tem alguma dificuldade e se eles têm subsídios suficientes para ofertar tal disciplina.

## 2 RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES: UM MOSAICO CONTEMPORÂNEO

Desde que o ser humano teve a capacidade de simbolizar, a religião está entre nós. Promoveu conhecimento, paz, mas também, guerra e ódio. Weber estava enganado quando disse que, com o avanço da ciência, o mundo se tornaria desencantado, sem magia. A contemporaneidade não só possibilitou a sobrevivência das religiões milenares como também proporcionou o nascimento de várias religiosidades.

A religião e as religiosidades continuam muito presentes e enfáticas no nosso cotidiano, porém os seres humanos ainda se veem perdidos para entender o que ela é de fato.

Nunca como hoje, a religião foi objeto de tantos estudos, por parte das mais variadas disciplinas. Desde a antiguidade, a humanidade vem buscando explicações para o grande enigma que é a formação do universo, a dicotomia entre o bem e o mal, da vida após a morte, percorrendo assim, os caminhos da religião, da filosofia e da ciência. (PRANDI; FILORAMO 2003 p.5).

Nessa proliferação de religiões e religiosidades, vimos que a liberdade em professar uma fé é articuladora da alteridade e do respeito ao outro. Enfatiza Miranda (2000 p.8): “Levinas em sua obra <sup>2</sup>*Totalidade e Infinito*, afirma que a ideia do infinito estabelece uma estreita relação com a questão da alteridade”, ou seja, impossibilita que o mesmo e o outro não sejam englobados numa mesma totalidade conceitual, além disso, que cada indivíduo possui uma peculiaridade diferenciada, e que cada um, antes de impor qualquer atitude deve pôr-se no lugar do outro, observando assim, que nem tudo que é bom para mim, é bom para o outro. Compreendemos, então, que a alteridade fomenta um bem comum que leva o ser humano a se pôr no lugar do outro, provocando a empatia com o próximo.

Deste modo, pode-se dizer que a liberdade religiosa diz respeito ao direito tanto na opção de determinada convicção ou tradição religiosa quanto de não articular religião alguma. Segundo Cisalpino (2004 p.74), “a palavra religião, de acordo com os linguistas, vem, provavelmente, do vocábulo latino *religare*, que quer dizer “voltar”, “retornar” o que existiu anteriormente, retornar a um elo perdido”.

---

<sup>2</sup> “A obra opõe a filosofia à paz e justiça, pretendendo demonstrar que a totalidade não preenche a verdadeira medida do ser que próprio saber remete para uma situação que não se pode expressar em termos de totalidade a exterioridade, a transcendência ou o infinito não o permitem”.

Na contemporaneidade há a necessidade de termos um processo de reflexão constante no que tange ao conhecimento para um diálogo inter-religioso, pois se continuarmos com tanto etnocentrismo, a humanidade continuará com essas vertentes, em relação às outras religiões, ou seja, que a sua religião é sempre melhor que a do outro.

O Brasil é oficialmente um Estado laico, pois a Constituição Brasileira e outras legislações preveem a liberdade de crença religiosa aos cidadãos, além de proteção e respeito às manifestações religiosas. Também no Estado laico objetiva-se a liberdade religiosa a todos os seus cidadãos e não permite a interferência de correntes religiosas em decisões governamentais no âmbito sociopolítico e cultural. Assim, a laicidade do Estado pressupõe a não intervenção da Igreja no Estado, e um aspecto que contraria essa postura é o ER nas escolas públicas brasileiras. Pois através do ER as pessoas se tornam alteritárias aceitando as pessoas como elas são, respeitando as diferenças e também aprendendo com os que são diferentes. Além disso, o respeito que devemos ter pelos outros, por suas crenças, sua maneira de ser, de pensar, também por seus direitos.

## **2.1 ESTADO LAICO: O PROCESSO HISTÓRICO DO ER NO BRASIL**

Por várias dezenas de séculos a religião, no Brasil, era dominada pelo monopólio da igreja católica, onde a população não deveria expressar outras crenças e religiosidades, seguindo assim, somente o que era imposto pela igreja. Mas, através de mudanças constitucionais, o Brasil se torna um país laico, ou seja, um país que não possui uma religião oficial, mantendo-se neutro e imparcial em questões religiosas, onde também, a população tem o direito de escolher qual a religião que ele quer professar, ou não. A Laicidade, porém, é confundida com a ausência de cultos, com o ateísmo. Porém, ela garante que todos possam professar sua fé sem que sofra consequências por fazê-lo. Além disso, em 2008 Brasil e Vaticano firmam um acordo afirmando que ambas as partes são autônomas, soberanas e independentes cooperando para a construção de uma sociedade fraterna, justa e pacífica. Cortando assim, a antiga união de Estado e igreja.

Desde antes da chegada do europeu ao continente americano, a se fazia importante na vida comunitária e explicava os acontecimentos relacionados à vida

do indivíduo. O indígena não tinha a ideia de religião conforme a europeia, pois o mesmo acreditava que toda a natureza era sagrada, o animismo era uma forma de viver e relacionar-se ao sagrado, diferentemente do europeu. Como a humanidade, o fenômeno religioso sofre alterações e mudanças, bem como sofre interferências internas e externas que influenciam diretamente na sua prática.

Junqueira (2011 p.5) corrobora isso dizendo que, “o ER no Brasil, sofreu um lento processo de alteração em consequência do desenvolvimento do Estado ao longo dos períodos do colonialismo e do Império Brasileiro”, passando, dessa forma, por diversas fases desde o período colonial à Era Petista.

Com a colonização, o rei de Portugal, e o Sumo Pontífice fizeram um acordo com o objetivo de fomentar o catecismo tradicional, com isso o catolicismo passa ser a religião oficial do Brasil, mas em contrapartida, a igreja estaria atrelada ao estado.

Após a independência do Brasil, com a primeira constituição outorgada por Dom Pedro I, em 1824, a igreja católica foi apontada como religião oficial do Estado. No entanto as demais confissões religiosas poderiam ser praticadas em território nacional. Os membros do clero católico estavam diretamente subordinados ao Estado, sendo esse encarregado de nomear os membros da igreja e fornecer a devida remuneração aos integrantes dela. Nesta fase imperial o ER, continuava ainda sob a forma de catequese, objetivando doutrinar os índios e os negros, bem como as classes subalternas.

No governo Vargas é reintroduzida uma alternativa diferenciada quanto ao ER nas escolas públicas como facultativo. Assegurou este direito no artigo 153, conforme observa Scampini (1978, p. 169), *apud* Assis (2014 p.07): “o ER será de frequência facultativa e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis.” Na constituição de 1934, obteve a criação de um ensino primário público, gratuito e obrigatório. Além disso, defendia o ER nas escolas e o uso de diferentes grades curriculares para meninos e meninas e que o ER seria de frequência facultativa, e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituiria matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias profissionais e normais.

Diante tantas constituições da história brasileira, o então presidente Getúlio Vargas, outorga à quarta Constituição em 1937, no mesmo ano que em que, por meio de um golpe de Estado, era implantada no país a ditadura do Estado Novo. Com respeito ao ER, a Constituição de 1937 marca uma tendência conservadora no dispositivo que permite que este ensino se apresente, conforme Vieira (2007 p.297), como "matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias".

A sustentabilidade da autocracia de Vargas já não era a mesma, no início da década de quarenta, por decorrência do cenário agravado da Segunda Guerra Mundial. Houve então muitas manifestações, descontentamento contra a ditadura. Aos poucos consolidaram-se as condições que levaram o país à redemocratização, chegando assim à queda da ditadura do Estado Novo no final de 1945. Embora Vargas se afastasse do poder, a ordem getulista se mantinha.

Conforme Vieira (2007 p.299), "os primeiros anos da redemocratização são agitados também no campo da educação, revelando elementos de contradição que expressam uma sintonia com o contexto político, antes mencionado". Pode-se dizer que o conceito de democracia limitada também se aplicava às ideias pedagógicas que circulavam no período. Assim, não é de estranhar a convivência entre tendências conservadoras e liberais, traço marcante do debate traduzido na Constituição de 1946. No entanto, o ER constituía disciplina nos horários das escolas oficiais, e era de matrícula facultativa, sendo ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se fosse capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

Vivenciamos em 1988 o processo constituinte, em que no art. 210, § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil trata do ER nas escolas públicas do ensino fundamental: A disciplina de ER passou a ser elemento curricular, a partir da escola e não de uma ou mais religiões.

Em 1889, com a proclamação da república, a igreja católica, se separa do Estado e a partir desse período a diversidade religiosa, começa aos poucos a aparecer, pois antes a população era coibida para expor suas religiões, obedecendo ao monopólio da igreja católica. Então, a partir do momento em que houve essa separação, o Estado se tornou laico, onde o Estado tem como princípio a imparcialidade em assuntos religiosos, e também não discriminará ou apoiará nenhum tipo de religião, e a religião não interferirá na atividade estatal.

Como podemos perceber nas Constituições citadas a igreja católica predominava a religião, e que, neste período, a educação deveria ser gratuita, laica e para todos, porém ocorre neste momento que o ER se ligasse ao pensamento ideológico do Estado, que consistia em a burguesia tomar o lugar da hierarquia.

Durante muito tempo o ER teve o objetivo de catequizar, fazer seguidores de uma religião ou de evangelizar. Conforme Teixeira (2009 p.26), “o ER, foi fazendo histórias por vários caminhos: o da confessionalidade, da Inter-confessionalidade e da supra confessionalidade”.

O ER Confessional é oferecido nas escolas onde a opção religiosa do aluno ou responsável é ministrada por professores preparados, mantendo assim o respeito e a tolerância pelas demais culturas e tradições religiosas.

Candido (2000) *apud* Teixeira (2011 p.29), “o ER Interconfessional, é um acordo firmado entre as entidades religiosas responsáveis pela elaboração dos programas, é desenvolvido por grupos de confissão cristã”. Ou seja, considera o que é comum as diferentes igrejas ou confissões e respeita a especificidade de cada uma das demais tradições religiosas.

Entretanto o ER Supra confessional é ministrado nas escolas públicas, não admitindo nenhum tipo de proselitismo religioso, preconceito ou manifestações de desacordo com os direitos dos alunos. O mesmo é fundamentado em princípios de cidadania, ética, tolerância e valores humanos.

A partir de 1988, como vimos, o ER foi se concretizando como disciplina escolar: o Estado, a escola e a sociedade não podem mais considerar o ER como simples formação religiosa, nem considerá-lo com catequese ou ação pastoral, sendo necessário compreendê-lo como componente curricular.

No entanto, procurou-se verificar como vem sendo trabalhado o ER, nas escolas confessionais particulares de Juína, porém, nosso foco maior não são as escolas privadas, sim as escolas públicas. Sendo então a escola C e escola D pesquisadas. A escola C em relação à disciplina de ER diz que “o colégio cumpre toda a lei vigente perante LDB, 9394/96, onde no ato da matrícula é ofertada à disciplina e os pais são cientes que o ER não é optativo, e sim que os alunos frequentarão, porém se torna optativo a disciplina de catequese, onde vão dar ênfase maior ao cristianismo, pois na disciplina de ER os professores têm que ser

imparciais, não tendo a prática do proselitismo, porém a diversidade religiosa tem que ser respeitada dentro e fora dos muros da escola, também, abordamos outras religiões como Umbanda, Candomblé entre outros”.

Percebe-se que quando se cita o proselitismo, seria o professor de algum modo tentar converter determinado aluno a uma definida causa, até mesmo a religião. Já na escola D não teve o mesmo discurso. Disse-nos que “os pais que aqui procuram a escola, já sabem que o ER é voltado para o meio cristão, e que os alunos que frequentam este colégio só terão contato com a diversidade religiosa, quando chegarem ao Ensino Médio, e isso é por que a apostila sempre traz alguma coisa sobre tal tema, além disso, a disciplina não é ofertada nem se quer optativa, simplesmente se segue a proposta do colégio”.

Nestes aspectos, ao inserir o ER como disciplina escolar, foi pensada como uma área de conhecimento que, a partir das escolas, e não das crenças religiosas, deve proporcionar aos educandos um modo de cultivar as disposições necessárias para uma vida de princípios, respeito, alteridade entre outros.

## 2.2 O *RELIGARE* CONTEMPORÂNEO E O DESCOMPASSO DA EDUCAÇÃO JUINENSE

A contemporaneidade nos permitiu múltiplos *religares* não só trazidos pelas religiões institucionais, mas também por modelos individuais, conhecidos como religião do self, ou seja, religião do você mesmo. Essa nova maneira de vivenciar o sagrado, traz os símbolos, os ritos, as cerimônias e visões de mundo adaptados ao local onde cada indivíduo está inserido. Lopes (2008) coloca que a religião, nesse momento histórico, tornou-se globalizado fonte de declaração da identidade coletiva. Deixou de ser o centro irradiador simbólico e permitiu a inúmeras pessoas uma nova fase manifestando o sentir e a fé.

Com essa nova gama de possibilidades de se *religare*, esperamos que a disciplina do ER venha ao encontro da diminuição do preconceito, discriminação, etnocentrismo dentro do espectro da diversidade cultural brasileira. Entretanto, o campo juinense, referente ao tema, nos mostrou que embora se tenha lei que rege todo o sistema, é nítido o descaso tanto das escolas como dos pais, para com a disciplina de ER, para constar fomos a campo, para verificar o que os profissionais da Educação e alunos compreendem do ER.

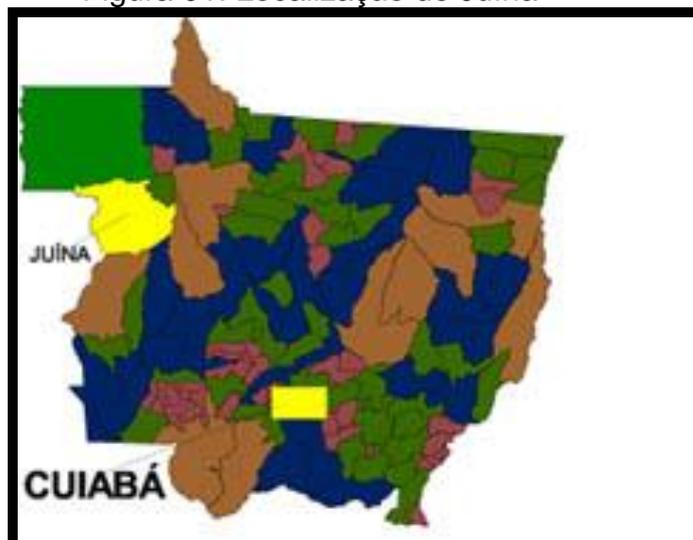
Juína esta localizada no noroeste do Estado de Mato Grosso<sup>3</sup>, com uma população de aproximadamente 40.000 habitantes, com seu campo religioso embasado na matriz cristã, principalmente entre católicos e evangélicos de diversos segmentos das igrejas. A presença de religiões afro-brasileiras, ou outras sem ser a matriz cristã, são praticamente inexistentes em 6 (seis) município que compõem o noroeste de Mato Grosso sem seu raio de influência. Vide Mapa. Figura1

Mas, infelizmente o descontentamento foi muito, pois, apesar de se ter uma normativa, que rege o ER em Juína, essa resistência não se faz diferente.

---

<sup>3</sup> Os municípios que compõem o Noroeste de Mato Grosso são: Juruena, Cotriguaçu, Colniza, Juína, Castanheira, Aripuanã, Brasnorte.

Figura 01: Localização de Juína



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread>

A escola A, porém não foi permitido acesso para a realização das entrevistas com professores e alunos. Pois, foi nos colocado que não é ofertada à disciplina “não ofertamos a disciplina”, apesar da demanda de alunos, não se tem procura por parte dos pais no ato da matrícula, e que os profissionais desta escola trabalham com temas transversais e interdisciplinares, com base ao PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) trabalhando com o tema sobre preconceito. Perguntando, então, a como os professores trabalham com os temas transversais a mesma diz que “quando estão ministrando, por exemplo, a disciplina de geografia, surge alguma pergunta sobre ética, eles explicam sobre o tema, mas nunca abordam a diversidade religiosa”.

No entanto, com tal resposta, contatamos à secretaria da escola para uma averiguação de informações coletadas, porém obtivemos a seguinte resposta: “infelizmente não há procura da disciplina por parte dos pais, pois quando é encaminhada a pré-matrícula que os pais assinam, há um campo na ficha onde se é questionado se os mesmo querem que os filhos tenham a disciplina de ER, e os pais marcam que não, então por isso que a escola não oferta tal disciplina”. Realmente, há nas fichas de matrícula o campo perguntando a respeito da disciplina e tivemos acesso a elas. A maioria dos pais marcou a opção NÃO, ou nem ao menos responderam a esse campo. Concluímos que não há o interesse dos pais, relacionado à falta de informação por parte das instituições na maioria dos casos.

Já na escola B, também não oferta a disciplina, porém um professor trabalha de forma interdisciplinar. Levando o pluralismo religioso, enfatizando a realidade do Brasil e o processo sincrético que ocorreu e vem ocorrendo na atualidade.

Perguntado, então, ao educador, o porquê de trabalhar o ER, de forma interdisciplinar, o mesmo disse que, “o ER, mesmo que interdisciplinar tem que ser trabalhado, não podemos fingir que não existe, por que a diversidade cultural é bastante, nas minhas aulas, por exemplo, trago todas as religiões existentes, quando falei da religião do Islã até trouxe o Alcorão, que para eles é o livro sagrado, e o nossa, da nossa religião é a Bíblia”.

Nas entrevistas com os alunos da escola B as respostas foram diversas e cada um/a interpretou de maneira diferente o que lhes foi ensinado. Pois, quando indagado o aluno A, o que é religião? O mesmo responde que, “religião é crê ter fé, é obedecer às leis de Deus e participar da igreja e receber todos os sacramentos da igreja”. Porém a resposta do aluno B foi “religião pra mim é você acreditar em algum ser ou Deus”.

Enfatiza Junqueira Alves (2011 p.5) que, “a compreensão da disciplina de ER encontra-se no contexto da história das disciplinas escolares”, os alunos têm a necessidade de questionar o mundo que estão cercados e como esse mundo muda e relacioná-lo com sua realidade. Junqueira; Alves (2011) continua: “esse campo de estudo procura enfatizar o porquê de a escola ensinar o que ensina, e investiga a relação entre as finalidades dos conteúdos de ensino e o que foi efetivamente ensinado”.

Além disso, através destes questionamentos, percebemos o quanto é importante esta disciplina de ER, pois através dela as crianças começarão a ver o mundo e as pessoas de outra forma, mantendo, assim, sempre o respeito e a tolerância para com o outro.

A seguir foi perguntado o que você aprendeu com a disciplina de ER? O aluno B diz que “são ensinados os livros sagrados das religiões os trajetos e costumes de cada uma das religiões e também o lugar de oração”. E o aluno F responde que “os conteúdos são a vida dos deuses e sobre vários deuses de outras religiões do mundo”.

Nesta perspectiva, entendemos que temos poucos professores aptos para lecionar tal disciplina mesmo que de maneira interdisciplinar de encontro com outras disciplinas. Havendo, dessa forma, a necessidade urgente de professores propostos a mudar o sistema de ensino. Com ideias e conceitos novos, que coloquem em prática os artigos que permeiam a disciplina de ER, e que criem na sala de aula, espaços de questionamento acerca do mundo que os envolve e que sofre alterações constantes. No entanto a formação inicial vem colaborar para isso, pois a formação inicial dos professores inicia-se na graduação onde o mesmo recebe os aparatos necessários, o conhecimento das teorias e as técnicas da ciência básica.

Através desta disciplina podemos como professor contribuir com a erradicação dos preconceitos existentes tanto raciais, éticos e religiosos, visando um processo de aprendizagem para os alunos. Cisalpino, (2004 p.75) diz que, “cultivemos cada um de nós, nossa fé, nossa religião, de acordo com a liberdade de consciência que temos”.

Procuramos ainda, os profissionais do CEFAPRO, para averiguar o que entendem disso tudo, e o que os mesmos fazem para mudar tais pensamentos dos gestores escolares. Sendo o CEFAPRO, Centro de Formação e Atualização dos Profissionais de Educação Básica-MT. Existem 15 unidades dos CEFAPROS em distribuídas estrategicamente em todo o território matogrossense.

Perguntando às duas profissionais de <sup>4</sup>formação continuada do CEFAPRO Juína-MT qual a opinião dos profissionais da educação quanto a essa disciplina?. A formadora A diz que “é compreensível que há uma falha tanto dos professores como da gestão, pois eles entendem somente a religião deles, então fica complicado os mesmos ministrarem aulas de ER Também vemos que nós, enquanto, formadoras do CEFAPRO, não estamos fazendo nada, não estamos levando um conhecimento a esses profissionais. O CEFAPRO tinha uma excelente profissional que trabalhava essa temática com os professores, mas infelizmente ela se aposentou. Essa profissional sempre trabalhava com a diversidade cultural e religiosa, além disso, muitas das vezes a escola também, errava em achar que, por exemplo, a consciência negra tem que ser trabalhada somente no dia 20 de Novembro, mas ela deve ser trabalhada o ano todo, porém, mesmo com essas vertentes, os professores

---

<sup>4</sup> Formação Continuada tem como objetivo de contribuir para a melhoria da formação de professores e alunos.

trabalham o ER até mesmo sem perceber, como nas datas comemorativas, como por exemplo, a Páscoa”.

Contudo, atualmente, em nossa sociedade observamos um descaso visível por esse conteúdo, tanto pelos profissionais da educação, pelos alunos e pelos respectivos pais. Apesar da normativa nº 002/2009 substituída pela normativa nº 001/2013, a disciplina de ER é obrigatória constar na matriz curricular no ato da matrícula, porém, segundo a assessora da SEDUC (Secretária de Estado de Educação), Assessoria Pedagógica de JUINA-MT, “não se tem nenhuma escola pública que ofereça a disciplina, por não ter uma procura por parte dos pais, mas, se tiver alguma escola que no ato da matrícula não forneça tal informação, estão cometendo um erro gravíssimo, então cabe a SEDUC, fazer a fiscalização, mas, isso só ocorre mediante a denúncia”. Foi-nos informado que “a disciplina de ER é obrigatória, nos anos iniciais, e que os professores podem, sim, trabalhar ER do 6º ao 9º ano, com temas transversais, como, por exemplo, nas aulas de geografia, história entre outras”.

Conforme (PCN p.55), “embora a transversalidade implique que os conteúdos dos temas transversais sejam contemplados pelas áreas e não configurem uma aprendizagem à parte delas, todos os temas têm, explicando em seus documentos, o conjunto de conceitos, procedimentos, atitudes e valores a serem ensinados e aprendidos”.

Com todas essas vertentes, a formadora B, enfatiza que “é visível o descaso quanto da escola como dos pais, para com a disciplina de ER, pois em 2013, enquanto mãe, a escola onde minha filha estudava no ato da matrícula não me forneceu informações que a disciplina era optativa, ou se eu gostaria que ela tivesse tal disciplina, então houve uma omissão por parte da escola em relação à disciplina de ER”. A sociedade moderna provoca o homem a viver de forma respeitosa com o diferente.

### **2.3 O ER NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE JUÍNA: ESCOLA A E B (ESCOLA DO CAMPO)**

Na atualidade, uns dos grandes desafios tanto da escola como da disciplina de ER, é efetivar uma prática de ensino voltada à superação do preconceito religioso, como também desprender-se do histórico catequético, para a construção e consolidação do respeito à diversidade cultural e religiosa. Assim, a disciplina de ER desse modo deve propiciar diálogo interativo- reflexivos oferecer informações para que os alunos compreendam essa abordagem e possibilitar relações entre as culturas e espaços por elas produzidos, em suas marcas de religiosidade.

Nesta perspectiva, através desta pesquisa, buscamos averiguar como vem sendo ministrado à disciplina de ER na escola A, localizada, no perímetro Padre Duílio, no setor Urbano e a escola B (Escola do Campo), localizada no perímetro Rural na linha cinco do município de Juína. Porém, as duas escolas não ofertam a disciplina, mas, houve uma divergência, vez que na escola A, além de não ofertar a disciplina, não se trabalha a disciplina de ER e toda a diversidade religiosa nas disciplinas de forma interdisciplinar.

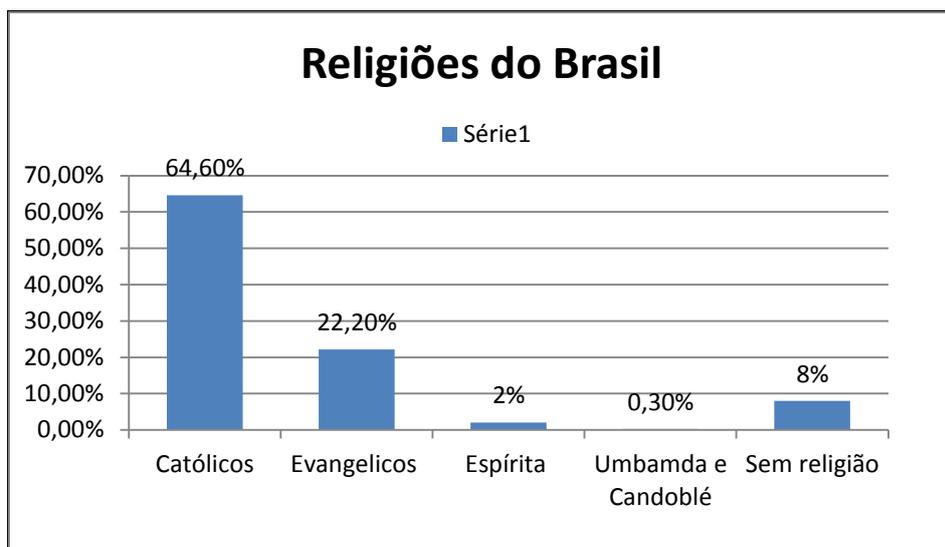
Na escola B, não oferta a disciplina, mas, é trabalhado o conteúdo de ER com aula interdisciplinar com as matérias de Geografia e História.

Conforme LDB art. 33. (9394/96 p.7).

“O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural, religiosa do Brasil, vedadas quaisquer forma de proselitismo”.

Percebemos que esse ensino precisa ser ministrado de maneira que contemple o mosaico religioso brasileiro, que segundo o IBGE 2010 – Instituto de Geografia e Estatística 64,6% de Católicos, 22,2% Evangélicos, 2% Espírita, 0,3% Umbanda e Candomblé e sem religião 8%. Vide gráfico.

Figura 02: Religiões do Brasil



Fonte: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-ibge-e-a-religiao>

Não podendo ficar restrito ao ensino confessional, ou seja, ensinar somente o cristianismo, pelos vieses católicos e evangélicos. Pois, isso mascara a nossa realidade e impulsiona o preconceito e a discriminação.

## CONCLUSÃO

Embora se diga que não há um preconceito com relação ao ER, é notório diante desta crendice, o descaso visível, que nos foram apresentados. Uma sociedade que não luta pelos seus direitos, não supera a intolerância religiosa que, na atualidade, já deveria ser abdicada.

Compreendemos então que, se a disciplina de ER fosse bem trabalhada com profissionais que levassem em consideração a diversidade como elemento de construção social e as escolas seguissem as normas vigentes em nível Nacional e Estadual, os cidadãos que residem em Juína, teriam conceitos melhores, não conduziriam consigo apenas o conhecimento de mundo, estaria em contato com as diversidades religiosas que fomentam o sincretismo<sup>5</sup> que permeiam todo o ER, também, apreenderão a respeitar os costumes, crenças e religiões do próximo, além disso, teria um olhar diferenciado, tendo assim a tolerância religiosa.

O mundo apresenta esse descompasso religioso, justamente por não se ter profissionais mais capacitados, já que as Diretrizes asseguram e orientam o ER de qualidade, como foi relatado pelos profissionais da SEDUC e CEFAPRO, polo Juína. Porém, na realidade encontrada nas escolas pesquisadas, a prática é destinada à teoria onde não se busca a ciência para ensinar corretamente nossos alunos. Estamos frente a um profissional que tem medo de expor as outras religiões que ainda julga que a religião afro-brasileira é “macumba”.

Sendo assim, ao fim desse trabalho, chegamos à conclusão de que em muitos casos, a diversidade religiosa não tem sido considerada dentro da sala de aula e que há grandes dificuldades em se concretizar o diálogo inter-religioso. Mas educadores desconhecem os elementos que compõem esse fenômeno e o papel das tradições religiosas na sociedade.

Portanto, é evidente a falta de compreensão do ER como disciplina, entendemos que essa realidade torna o debate acerca o ER ainda mais complexo, pois além de trazer questões que dizem respeito às definições sobre Estado, religião e espaço público, geram discussões sobre as condições em que o ensino vem

---

<sup>5</sup> Segundo Laraia, Sincretismo – “fusão de dois elementos culturais análogos (crenças e práticas) de culturas diferentes ou não”.

sendo ministrado nas escolas. Algumas considerações foram apresentadas sobre essa temática e esperamos que este trabalho possa contribuir para que esta disciplina não fique despercebida dentro das escolas e possa provocar novos estudos e pesquisas capazes de gerar as reflexões necessárias.

Sendo assim, partindo dessa premissa, visando um processo de ensino e aprendizados dos alunos, e como a disciplina de ER não é bem vista ainda por toda a comunidade tanto nas escolas urbanas como rurais, através desta tese propõe-se que as escolas realizem o respeito à diversidade cultural nas duas escolas, focalizando os professores e coordenadores, mostrando por meio dinâmico e através de um pequeno workshop, aos alunos do Ensino Fundamental a religiosidade brasileira, trabalhando com pequenas narrativas míticas enfatizando as que narram a Criação do Mundo de diversas religiões. Utilizando vídeos, objetos lúdicos e pequenos teatros com roupas que ilustrassem as religiões espalhadas pelo país.

Sabe-se que um dia apenas para a abordagem da temática é escasso, porém servirá para uma conscientização da importância da abordagem correta do tema e mostrar que é possível a consolidação da escola laica que respeita a diversidade cultural brasileira e sua manifestação primordialmente em espaços públicos.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Verônica Ramos. **Um olhar sobre a diversidade religiosa e o desafio para o Ensino Religioso nas escolas públicas de Juína.** Disponível em: <<http://www.siec.unemat.br/anais/seva/>>. Acesso em 17 abr 2015.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação:** Lei nº9.394/96-24 de dez.1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em:< <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 18 abr 2015.

CISALPINO, Murilo: **Religiões.** 1º Edição. São Paulo-SP. Editora Scipione, 2004.

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlos. **AS ciências das Religiões/** tradução José Maria de Almeida. – 3º Edição, 2003. São Paulo; Editora Paulus. (Sociologia e Religião).

GOMES, Fernandes da Silva; SOUZA, Wilson Rufino. **Modernidade e Pluralismo Religioso.** Disponível Em:<<http://semanaacademica.org.br/artigo/modernidade-e-pluralismo-religioso> Edição de Revista 000041. Vol. Revista 01, 2013>. Acesso em: 18 abr 2015.

GASPARETO, Antônio Junior. **Constituição de 1891.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1891/>>. Acesso em: 18 abr.2015.

JUNQUEIRA, Sergio Rogério Azevedo; ALVES, Luiz Alberto Sousa. **O Contexto Pluralista Para a Formação do Professor de Ensino Religioso.** Disponível Em: <<file:///D:/Users/S7V7N/Downloads/dialogo-611.pdf>>. Acesso em: 18 abr 2015.

LOPES, Marina Silveira. **Sob a Sombra do Carvalho:** A espacialização do Imaginário Neodruidico na Metrópole Paulistana. São Paulo-2008.

LARAIA, Roque de Barro (1995) **Cultura:** Um Conceito Antropológico. 10ª edição. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

MATO GROSSO. **Orientações Curriculares:** Concepções para Educação Básica. SEDUC/MT. Cuiabá, 2010. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/educadores>>. Acesso em: 20 abri 2015.

MIRANDA, José Valdinei Albuquerque. **Infinito e Alteridade em Levinas**. 2007. Disponível Em: <<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/013e3.pdf>>. Acesso em 20 maio 2015.

Parâmetros Curriculares Nacionais. **Introdução aos parâmetros curriculares nacional/ Ministério da Educação**: Secretaria da Educação Fundamental- 3º ed.- A secretária, 2001.

Resumo do livro Mosaico Religioso: **Faces do Sagrado**. Disponível Em:<[www.claudialima.com.br/livros/pdf/2010](http://www.claudialima.com.br/livros/pdf/2010)>. Acesso em: 20 abr.2015.

Resumo livro: **Totalidade e Infinito**. Disponível Em: <[www.edicoes70.pt/site/node/42](http://www.edicoes70.pt/site/node/42)>. Acesso em: 25 maio 2015.

**Religiões do Brasil**. Disponível Em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-ibge-e-a-religiao>>. Acesso em: 18 abr 2015.

SOUSA, Rainer Gonçalves: **Constituição de 1824**. Disponível Em: <[www.mundoeducaçao.com/historiadobrasil/constituicao-1824.htm](http://www.mundoeducaçao.com/historiadobrasil/constituicao-1824.htm)> Acesso em: 18 abr 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição de 1934**. Disponível Em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/constituicao-1934.htm>> Acesso em: 18 abr 2015.

TEIXEIRA, Maria Aparecida de Oliveira. **Geografia Cultural: Uma Ponte Para o Ensino Religioso**, Ajes, 2009.

VIEIRA, Sofia Lerche. **A Educação nas Constituições brasileiras**: Texto e Contexto. Disponível Em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index>>. Acesso em: 20 abr 2015.

## **ANEXOS**

### **QUESTIONÁRIO ESCOLA B (ESCOLA DO CAMPO).**

P 1: O que é religião para você?

P 2: Como deveria ser o ER nas escolas?

P 3: Qual a contribuição do ER para o processo de ensino aprendizagem dos alunos?

P 4: Quais as didáticas para aplicação do conteúdo em sala?

P 5: O que é religiosidade?

### **QUESTIONÁRIOS COM ALUNOS DA ESCOLA B (ESCOLA DO CAMPO).**

P 1: O que é religião para você?

P 2: Quais os conteúdos que são ensinados na disciplina de ER?

P 3: O que você aprendeu com a disciplina de ER?

P 4: O que é diversidade cultural?

P 5: O que é religiosidade?

### **QUESTIONÁRIO ESCOLA A**

P 1: Não pude realizar as entrevistas com professor e nem com alunos, desta escola?

### **QUESTIONÁRIO COM A SECRETÁRIA DA ESCOLA A**

P 1: A disciplina de ER na Escola há alguma procura no ato da Matrícula?

P 2: Mas, se tivesse houvesse esse interesse por parte dos pais o que aconteceria?

## **QUESTIONÁRIO SEDUC DE JUÍNA**

P 1: O ER é de oferta obrigatória é qual a normativa que rege a obrigatoriedade do ER nas escolas?

P 2: Se a escola não cumprir está obrigatoriedade se tem alguma punição para a mesma?

## **ENTREVISTA COM FORMADORAS DO CEFAPRO**

P 1: Qual a opinião dos profissionais da educação quanto essa disciplina?

P 2: Esse ensino está sendo cumprido de acordo com a legislação em vigor?

P 3: No núcleo familiar é apresentado algum descaso da disciplina de ER?